



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

9191

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Créditos (especiais, suplementos, prêmios, adicionais), firma convênio e Repassa Recursos

Autoria: Executivo Municipal

Data: 30/06/2020

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 66/2020. Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente, no valor de R\$ 600.000,00, para atender às famílias dos 11 residenciais do Programa Minha Casa Minha Vida em Montes Claros, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 5.274, de 13/07/2020).

Controle Interno – Caixa: 5.1

Posição: 42

Número de folhas: 07

Espécie: PL
Categoria: créditos
CX: 5.1
Ordem: 42
nº fls.: 05



nr 45/2020

07.07.2020

Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 5.274, de 13/07/2020

PROJETO DE LEI Nº 66/2020

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Atoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional
Especial ao Orçamento Vigente e dá Outras Providências

MOVIMENTO

Entrada em 30/06/2020

Comissão Legislação e Justiça e Finanças Orçamento Tomada de Contas

- 1 -
- 2 - Aprovado em R.U., em 07/07/2020
- 3 -
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

PROJETO DE LEI Nº 66, DE 23 DE JUNHO DE 2020.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Os cidadãos do Município de Montes Claros/MG, por seus legítimos representantes na Câmara Municipal, aprovaram e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a proceder abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente, incluindo no projeto/atividade, especificado abaixo, o seguinte elemento de despesa, valor e sua respectiva fonte de recurso:

Projeto/Atividade	Código	Elemento	Valor	Fonte
Manutenção Programas Habitacionais	02.06.06-16.482.0030.2072	339032	600.000,00	142
Total			600.000,00	

Art. 2º – Como fonte para abertura do referido crédito adicional especial, fica o Poder Executivo autorizado a anular parcialmente, o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade	Código	Elemento	Valor	Fonte
Aquis. Equip. Material Permanente	02.06.04-08.244.0026.3086	449052	600.000,00	142
Total			600.000,00	

Art. 3º – Fica o Poder Executivo autorizado, se necessário, a suplementar as dotações, especificadas no artigo 1º, desta Lei, em conformidade com o artigo 5º, da Lei Municipal n.º 5.230, de 20 de dezembro de 2019.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros (MG), 23 de junho de 2020.

Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros

22

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 30 DE MAIO DE 2020

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇ
MENTO TOMADA DE CONTAS
EM 30 DE MAIO DE 2020

PRESIDENTE



Município de Montes Claros-MG
PROCURADORIA-GERAL

Montes Claros (MG), 23 de junho de 2020

Exmo. Sr.

Vereador José Marcos Martins de Freitas

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício nº GP-_____/2020

Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

O presente projeto de lei tem por objetivo a concessão de autorização para que o Município de Montes Claros possa abrir crédito adicional especial no orçamento vigente para atender às famílias dos 11 (onze) residências do Programa Minha Casa Minha Vida, visando o fomento de vínculos territoriais, através de ações sociais nos eixos mobilização e organização comunitária, bem como de geração de emprego e renda.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


Humberto Guimarães Souto
Prefeito de Montes Claros

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECES.
30/06/2020	
HORAS: 11:14	
ASS: 	



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 066/2020 QUE “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS” DE AUTORIA DO PREFEITO MUNICIPAL.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.

A iniciativa de Leis que solicitem a autorização para abertura de crédito especial é do Executivo Municipal.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade e/ou inconstitucionalidade no referido projeto ou mesmo no seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 02 de julho de 2020.

Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 66/2020

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: “Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Especial ao Orçamento Vigente e dá Outras Providências”.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 30/06/2020, com entrada na Sala das Comissões no dia 02/07/2020.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei trata de abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente, no valor de 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Para proceder a abertura do referido crédito foram indicados, no art. 1º, o elemento de despesa, valor e sua respectiva fonte de recurso para serem incluídos no projetos/atividade “Manutenção Programas Habitacionais”.

No art. 2º, foi indicada como fonte para proceder a anulação parcial do crédito solicitado, o Projeto/Atividade “Aquisição de Equipamento e Material Permanente”.

Já no art. 3º consta autorização, para suplementar a dotação, caso seja necessário, nos termos da Lei 5.230, de 20 de dezembro de 2019 - Lei Orçamentária Anual.

Na Mensagem que encaminha a proposição, o Executivo informa que a abertura do crédito adicional visa o atendimento de 11 (onze) residências do Programa Minha Casa Minha Vida.

Por fim, verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2020.

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Vice- Presidente: Ver. Maria Helena de Quadros Lopes

Relator: Ver. Martins Lima Filho:



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 66/2020

AUTOR: Executivo Municipal

MATÉRIA: “Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Especial ao Orçamento Vigente e dá Outras Providências”.

I- RELATÓRIO

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 30/06/2020, com entrada na Sala das Comissões no dia 02/07/2020.

Após receber parecer pela legalidade e constitucionalidade, foi encaminhada a esta Comissão para manifestar sobre a matéria orçamentária.

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei trata de abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente, no valor de 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Para proceder a abertura do referido crédito foram indicados, no art. 1º o elemento de despesa, valor e sua respectiva fonte de recurso para serem incluídos no projetos/atividade “Manutenção Programas Habitacionais”.

No art. 2º, foi indicada como fonte para proceder a anulação parcial no valor solicitado, o Projeto/Atividade “Aquisição de Equipamento e Material Permanente”.

Já no art. 3º consta autorização, para suplementar a dotação, caso seja necessário, nos termos da Lei 5.230, de 20 de dezembro de 2019 - Lei Orçamentária Anual/2020.

Nos termos da mensagem do Executivo, a abertura do crédito adicional visa o atendimento de 11 (onze) residências do Programa Minha Casa Minha Vida.

Por fim, verifica-se que a dotação indicada para proceder a anulação do crédito adicional consta no orçamento vigente, com recursos suficientes para arcar com a despesa.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, 02 de julho de 2020.

Presidente: Ver. Wilton Afonso Dias Soares _____

Vice-Presidente : Ver. Domingos Edmilson Magalhães _____

Relator: Ver. Aldair Fagundes Brito: _____